



A estratégia da in(ex)clusão como mecanismo de preservação da face no depoimento do ex-presidente Lula na 24ª fase da Operação Lava Jato

André Luiz dos Santos
IFG – *Campus* Luziânia

Jorge Paulo José de Souza
UFMS – *Campus* Três Lagoas

Resumo: O objetivo deste artigo é desvelar a estratégia de in(ex)clusão social empregada durante o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 24ª fase da Operação Lava Jato como um dos mecanismos de preservação da face, além de discutir essa estratégia como marca da subjetividade que deixa rastros da construção da identidade desse sujeito. O *corpus* deste trabalho é constituído pela gravação em áudio e vídeo do depoimento do ex-presidente Lula, disponível no YouTube. Ademais, este trabalho se alicerça no arcabouço teórico da Análise da Conversação, da Análise do Discurso e da Linguística Forense. Os resultados obtidos trazem à baila que o ex-presidente Lula, embora estivesse em uma situação de interação bastante rígida, foi capaz de reverter esse momento “crítico para sua imagem” empregando a estratégia da in(ex)clusão como mecanismo de preservação da face; ele realçou ainda mais suas qualidades como político ao se colocar como “vítima”, “injustiçado” e “perseguido” e, por conseguinte, se defendeu das acusações feitas pela Justiça.

Palavras-chave: Linguística Forense; Análise do Discurso; Preservação das faces; Depoimento.

The strategy of in (ex) inclusion as a mechanism for preserving the face in the testimony of former president Lula in the 24th phase of Operation Lava Jato

Abstract: The objective of this article is to unveil the strategy of social in(ex)clusion employed during the testimony of former president Luiz Inácio Lula da Silva in the 24th phase of Operation Lava Jato as one of the mechanisms of preservation of the face, and discuss this strategy as subjectivity mark that leaves traces of the identity construction of this subject. The corpus of this work consists of the audio and video recording of former President Lula's testimony available on YouTube. Moreover, this work is based on the theoretical framework of Conversation Analysis, Discourse Analysis and Forensic Linguistics. The results show that former President Lula, although in a very rigid interaction situation, was able to revert this “critical moment to his image” by employing the strategy of in(ex)clusion as a mechanism for preserving the face. , which enhanced even more his qualities as a politician by posing as a "victim", a "wronged" and "persecuted" man and therefore defended himself against the accusations made by the court.

Keywords: Lava Jato; Forensic Linguistics; Speech Analysis; Preservation of the faces.

Introdução

Nas palavras de Romualdo (2003, p. 233), “[...] os depoimentos no judiciário [...] são, na técnica jurídica, considerados um meio de prova, a chamada prova testemunhal”. Nesse ínterim,



pretendemos trazer à baila um tipo de interação compreendida como “oclusa”²¹ à sociedade: a tomada de depoimento. Segundo Andrade e Ostermann (2007, p. 93), este tipo de interação geralmente não é público, devido ao seu caráter confidencial.

A opção pelo gênero depoimento deriva do fato de ele ser ocluso à sociedade, além de se tratar de uma interação na qual parece ser possível desvelar mecanismos de inclusão e exclusão que podem servir, segundo nossa hipótese, como estratégia de preservação das faces. Neste artigo, o objeto de estudo são as tomadas de depoimentos, especialmente o prestado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na 24ª fase da Operação Lava Jato da Polícia Federal²² – considerada a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que já ocorreu em nosso país.

Nossa proposta é levantar os enunciados produzidos pelo ex-presidente Lula em contexto jurídico, especificamente em depoimento²³, identificando e analisando os procedimentos enunciativos utilizados e os efeitos de sentido produzidos pelos seus dizeres – especialmente, identificar o emprego dos mecanismos de exclusão e inclusão como estratégia de preservação e manutenção das faces pelo ex-presidente Lula.

Para a articulação das análises, será realizada abordagem textual-interativa da língua falada, alicerçada na interface entre diferentes correntes teóricas, a saber: Análise da Conversação (também denominada Estudos de Fala-em-interação²⁴), Análise do Discurso e Linguística Forense. Ao trabalhar nessa perspectiva interdisciplinar, pretende-se “[...] escapar de visões preestabelecidas e trazer à tona o que não é facilmente compreendido ou que escapa aos percursos já traçados”, como assevera Signorini (1998a, *apud* MOITA-LOPES, 2006, p. 19). Segundo Coracini (2011, p. 166), é no campo da transdisciplinaridade que “de um modo ou de outro [se] tecem com seus fios a teia (tessitura, tecido) da visão de discurso que perpassa nossa análise”.

²¹ Termo postulado por Swales (1996).

²² No esquema investigado, estão envolvidos: empreiteiras, funcionários da Petrobras, operadores financeiros e agentes políticos (aqui compreendidos como pessoas que integram ou estão relacionadas a partidos políticos).

²³ Conforme destaca Azzariti (2014, p. 2), as tomadas de depoimento “[...] requerem atenção especial na medida em que servem como prova e atuam fortemente na construção do livre convencimento do magistrado, convencimento que o norteia ao proferir a sentença”.

²⁴ Termo empregado recentemente pelos estudiosos que se valem da metodologia da Análise da Conversação, e, segundo Silva, Andrade e Ostermann (2009, p. 1), “[...] essa nova nomenclatura parece englobar mais propriamente os objetivos dos estudos realizados sob essa perspectiva”.



Nesse sentido, nosso trabalho pretende ser visto na perspectiva assinalada por Maingueneau (2015, p. 9), como “um empreendimento fundamentalmente transdisciplinar, para alguns; pós-disciplinar, que atravessando o conjunto das ciências humanas e sociais e das humanidades, vai contra a tendência da divisão do saber em domínios cada vez mais especializados”. Enfatizamos também que, neste trabalho, não nos interessamos pelas ideologias políticas do agente político analisado, mas sim por suas respectivas estratégias languageiras.

Por fim, gostaríamos de destacar que esse artigo surge tanto da necessidade apontada por Andrade (2015, p. 321) – “[...] da urgência de pesquisas de base em Análise da Conversação que contemplem o desenvolvimento da Linguística Forense no Brasil” – quanto do reconhecimento da necessidade de ampliar os horizontes da Linguística Aplicada para além da sala de aula, como pontuam Ostermann e Souza (2011, p. 136).

A articulação entre Linguagem e Direito

Segundo Carapinhas (2010, p. 1):

[...] o Direito é a mais linguística de todas as instituições, e não haverá muitas profissões tão dependentes das virtualidades da linguagem como a profissão jurídica [...] a linguagem desempenha também um papel central na modalidade oral e que o Direito se concretiza, pois só ela permite o funcionamento dos tribunais; o interrogatório dos suspeitos, o depoimento das testemunhas; a argumentação dos advogados e suas alegações finais constituem exemplos de práticas jurídicas forenses que dificilmente se poderiam realizar sem o recurso à instrumentalidade da linguagem.

Outro aspecto assinalado pela pesquisadora é o fato de que, no contexto forense, “[...] as trocas linguísticas correspondem também às práticas sociais em que os discursos adquirem um valor social reconhecidamente importante” (p. 4). Há também o desejo da ciência da linguagem de analisar os usos linguísticos socialmente situados, que nos permitem compreender o surgimento de uma nova área de investigação interdisciplinar, a Linguística Forense, a qual intersecta dois domínios distintos: o Direito e a Linguística.

Pode-se compreender a Linguística Forense como “[...] um imenso campo de atuação voltado para a análise da linguagem em todos os tipos de interação no contexto jurídico” (CALDAS-COULTHARD, 2014, p. 1). Ainda com base no autor (2014, p. 2), a Linguística Forense pode ser subdividida em três subáreas:



1. Linguagem e Direito: essa área analisa a linguagem legal e suas características peculiares; por exemplo, como distinguir linguisticamente “estatutos” e “contratos” de outros tipos de comunicação. Ou seja, a linguagem escrita de documentos jurídicos é o enfoque principal das pesquisas.
2. Interação em contextos forenses: o enfoque principal nessa área de estudo e pesquisa é a linguagem oral das interações jurídicas (em fóruns, em delegacias de polícia, em entrevistas, entre outros contextos).
3. A linguagem como prova/evidência (trabalho de peritos em tribunais): o exame de evidência ou prova exemplifica as diversas ferramentas usadas por peritos(as) na análise linguística que será usada por advogados(as) em todos os tipos de conflitos jurídicos ou em tribunais de júri. Essas ferramentas podem ser de ordem fonética, léxico-gramatical ou pragmática, de acordo com a demanda do caso.

Dentre as perspectivas apresentadas, ressaltamos que esse artigo se inscreve na subárea “interação em contextos forenses”, pois nos interessa a linguagem oral das interações jurídicas, sobretudo o depoimento²⁵.

Conforme Pinto, Cabral e Rodrigues (2016, p. 8), “podemos observar o papel da linguagem tanto enquanto gestora de conflitos como estratégia argumentativa”, apesar de o Direito, na perspectiva de Almeida (2014, p. 31), “não sublinhar o caráter relativo das palavras e da ambiguidade linguística – por se abrigar na exigência da literalidade como garantia do sentido, da neutralidade, da transparência do dizer”. Ademais, compreendemos depoimento como “[...] um enunciado que é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 1986, p.32), pois acreditamos, assim como Charaudeau (2016, p. 21), que:

[...] as palavras não significam nada em si. Isoladas, só apontam para o que dizem, não para o que significam. Pois há as palavras e o que está implícito nas palavras, e o que está implícito nas palavras depende de outras palavras, das condições em que foram enunciadas, de sua enunciação. É, na situação de enunciação que as palavras revelam os pensamentos, as opiniões e as

²⁵ Segundo Azzariti (2014, p. 2), o depoimento, o ato de tomada de testemunho, é “[...] dividido em perguntas e respostas com o objetivo de se alcançar a verdade”.



estratégias daquele que as emite.

Desse modo, conceitos da Análise do Discurso (AD) também serão relevantes, uma vez que analisaremos as tomadas de depoimentos (evento discursivo que ocorre no contexto jurídico) sobre os quais acreditamos ser possível observar, de maneira mais latente, o emprego dos mecanismos de exclusão e inclusão como estratégia de preservação e manutenção das faces pelo ex-presidente Lula. Esses mecanismos estão relacionados à posição sujeito e, conseqüentemente, à construção identitária dos sujeitos durante a tomada de depoimentos.

Também urge a necessidade de compreendermos um dos conceitos basilares da AD, o discurso, que, segundo Charaudeau (2013, p. 43), se trata de “[...] um lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação”. Embasados neste postulado, tomamos os depoimentos como discurso.

Por conseguinte, tal definição nos conduz às contribuições da Análise da Conversação, uma vez que também acreditamos que, em todo evento discursivo, e especialmente durante as tomadas de depoimentos, “[...] os falantes estão o tempo todo refletindo sobre a interação que estão tendo com alguém” (SILVA; ANDRADE; OSTERMANN, 2009, p. 97), principalmente devido à necessidade de o(s) depoente(s) resguardar(em) sua(s) face(s) perante a Justiça. Em outras palavras, essas áreas do saber serão evocadas para compreensão das tomadas de depoimento, pois o dizer acaba sendo “um lugar de conflito, de contradições, de rupturas, de tensões, de relações, de resistências”, como assevera Almeida (2014, p. 34).

Destacamos que, para Charaudeau (2013, p.39), “[...] qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento que a situação o autorizar”. Nesse sentido, formulamos a hipótese de que o depoimento prestado pelo ex-presidente Lula na Operação Lava Jato pode apresentar esse sentido político; conseqüentemente, por esse motivo, ele precisaria empregar mecanismos de preservação da face para se resguardar não somente da Justiça, mas também perante seus adversários políticos e seus eleitores. Antes de tecermos algumas considerações a respeito do conceito de face e dos seus mecanismos de preservação, precisamos compreender o discurso no contexto forense.

O discurso no contexto forense

Segundo Dijk (2015, p. 67), “[...] o exercício do poder nos tribunais é sistematicamente



governado por regras e procedimentos, formulados de maneira explícita, a respeito das interações dialógicas entre o juiz, o promotor, o advogado de defesa e o réu”.

Ainda a respeito do discurso no contexto forense, há uma tendência para a não alternância dos papéis discursivos entre os participantes, como pontuam Drew e Heritage (1992); a tomada de depoimento, ou mesmo a audiência, possuem características semelhantes às do gênero entrevista, pois podem ser compreendidas como “[...] uma técnica de interação social” na qual se buscam repostas às perguntas formuladas; além disso, nessas situações, os direitos dos participantes não são os mesmos e “[...] as relações de poder (...) os deixa(m) em diferentes condições de participação do diálogo”, como assevera Fávero (2000, p. 80).

Apontamos outras características presentes no gênero “entrevista” e que, a nosso ver, também pertencem aos gêneros audiência e tomada de depoimento, a saber:

O fato de que não cabe ao entrevistado, depoente ou réu “[...] escolher o tópico discursivo e a direção da conversação: quando ou como interromper ou terminar, a distribuição dos turnos [...]”²⁶;

O depoente e o réu podem “[...] conservar por mais tempo o turno, pois é a eles que se quer ouvir, assim como ocorre com os entrevistados²⁷”;

Em relação à questão do planejamento textual e do tempo de elaboração, podemos perceber nesses gêneros traços de planejamento entre os interlocutores participantes da interação. Ainda sobre a interação em tomadas de depoimentos e audiências, podemos assinalar que, conforme Van Dijk (2015, p. 67), “[...] nos tribunais a distribuição dos turnos de fala e atos de discurso é rigidamente controlada”. O pesquisador também destaca, com base em Harris (1984), que as perguntas realizadas nos contextos jurídicos “[...] são usadas para controlar os réus ou testemunhas” e que, em sua maioria, “[...] refere(m)-se a respostas do tipo sim-não”; além disso, “[...] se exerce o controle de informações por meio da sequência pergunta- resposta” (VAN DIJK, 2015, p. 68). Em outras palavras, podemos dizer que as perguntas cumprem a dupla função de pedir informação e acusar.

Outras características do discurso em contexto forense podem ser assinaladas, como “a

²⁶ Fávero e Andrade (1998, p. 161).

²⁷ *Ibidem* (p. 161).



ausência quase total de atos de discurso centrados na regulação das relações interpessoais²⁸; a preterição das demonstrações de cortesia a um segundo plano durante a interação” (CARAPINHAS, 2010, p. 4).

Preservação das faces

Segundo Maingueneau (2013, p. 41), “Como a comunicação verbal é também uma relação social, ela se submete enquanto tal às regras que costumamos chamar de polidez”; logo, conduz os participantes da interação à necessidade de se preocupar com a manutenção da face. O conceito de face foi proposto por Goffman (1974) e revisitado por Brown e Levinson (1978, p. 78). Para esses pesquisadores, a face é “algo em que há investimento emocional e que pode ser perdida, mantida ou intensificada e que tem que ser constantemente criada numa interação”. Nessa perspectiva, todo mundo possui duas faces: a positiva e a negativa.

Na compreensão de Galembeck e Carvalho (1997, p. 156), a face positiva refere-se à “face que o locutor gostaria de preservar e ver preservada” e a negativa “ao território íntimo que não gostaria de ser invadido”. Já Silva (1998, p. 112) vê a manutenção das faces como “regras de trânsito”, pois as interações já gestariam por si mesmas uma predisposição “ao rompimento de um equilíbrio preexistente entre as partes, ameaçando a autoimagem pública construída pelos participantes”. Por conseguinte, nas interações é comum que os envolvidos assumam tanto uma “orientação defensiva” quanto “protetora”.

Vale assinalar também que, para Hernandez-Flores (2008), a polidez é apenas um dos inúmeros elementos que reverberam na imagem social do interlocutor e serve tanto para abrandar as ameaças à imagem como também para acentuá-las. Ainda para o autor (2008, p. 683), a polidez é “o comportamento comunicativo que confirma a imagem social tanto do destinatário como do falante, visando obter um equilíbrio entre os desejos de imagem de ambos”, funcionando como um dispositivo de saber-poder que o sujeito pretende manter, na ilusão de manter a identidade fixa²⁹, permanente – por exemplo: de “bom político”, de “bom sujeito”, etc.

A partir dessas discussões a respeito do conceito de face e polidez, as compreendemos

²⁸ Tais como as trocas de natureza ritual: saudações, pedidos de desculpa e cumprimentos.

²⁹ Segundo Guerra e Barbosa (2006, p.20), “[...]a identidade é uma celebração móvel em que se forma e se transforma em relação às formas pelas quais somos representados e interpelados[...]”.



como estratégias das quais lançamos mão nas nossas situações languageiras e, por isso mesmo, devem ser encaradas como mecanismos de poder, como poderemos ver em nosso *corpus* durante o momento de análise. Para encerrar a fundamentação teórica, gostaríamos de destacar o conceito de exclusão, já que pretendemos observar o emprego dos mecanismos de exclusão e inclusão como estratégia de preservação e manutenção das faces pelo ex-presidente Lula ou pelo seu interlocutor (o delegado da Polícia Federal).

A respeito desses mecanismos, Wanderley (2001, p. 17) assevera que, embora a noção de exclusão social esteja presente “no cotidiano das mais diferentes sociedades, estamos diante de um tema relativamente recente e polêmico”, logo, “ainda fluida como categoria analítica, difusa, [...] um novo paradigma em construção”.

Ainda para o autor (2001, p. 17), na categoria de excluídos, encontramos “sob esse rótulo [...] inúmeros processos e categorias, uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social (pessoas idosas, deficientes, [...])”. Embora o pesquisador acredite, a exemplo de Julien Freund, que há “certa saturação da utilização indiscriminada dessa noção”, ele também nos adverte da dificuldade imensa que há na delimitação desse conceito. Assim, empregaremos o termo exclusão como sinônimo de “pobreza e de exclusão social”³⁰.

Análise dos dados e discussão

Recorte 01:

Lula: Se quiser continuar... pode continuar... **eu sei falar de boca cheia.**

Delegado: Não... não... eu só não quero atrapalhar o seu café.

Lula: Na **fábrica a gente trabalhava em horário corrido... você tinha meia hora para comer...**

Neste excerto, observamos por meio dos trechos assinalados que o ex-presidente reforça o papel social construído no imaginário³¹ do povo brasileiro: o de operário, homem do povo, originário da camada social menos prestigiada socialmente – a dos excluídos – e, ao mesmo

³⁰ Ressaltando que “pobreza e exclusão não podem ser tomadas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, porém estão articuladas” (WANDERLEY, 2001, p. 20).

³¹ Para Coracini (2007, p.23), “A identidade do sujeito é construída pelo imaginário construído na relação com o outro”.



tempo, se posiciona como representante desses. Ao realizar essa operação de aproximação com os excluídos, ele tenta demonstrar, sobretudo para os seus interlocutores virtuais, que está sendo perseguido pela Polícia Federal por ter uma origem humilde e se apresenta como “vítima”.

Além disso, ao empregar “**Quem tirou tanta gente da miséria**”, ele avalia seu governo positivamente, corroborando a construção da sua imagem de “bom político”, “pai dos pobres”. O ex-presidente se assujeita à condição de igual como estratégia de preservação da face, ou seja, ele se posiciona como excluído/vítima para se defender das acusações da sociedade hegemônica³².

Observamos que o ex-presidente constrói também por meio do seu jogo de dizer-não dizer um imaginário de classe hegemônica, que seria formada por juízes, procuradores, advogados e até mesmo políticos – assim, dela se exclui e se alinha aos excluídos. Isso é ainda mais latente no seguinte recorte:

Recorte 02:

Lula: **Partem do pressuposto que pobre nasceu para comer em concha. Ficam preocupados com o vinho que eu nunca tomei... Se era o Miolo gaúcho ou Romanée Conti (francês)... Eu até ganhei um decantador de vinhos... mas um dia cheguei a noite em casa e dona Marisa tinha colocado flores**

Nesse excerto, o ex-presidente trabalha com o imaginário construído de que o hábito de tomar/ser conhecedor de vinhos pertence às classes mais abastadas; logo, ao negar que fosse conhecedor de vinhos ou que sua esposa soubesse o que era um decantador de vinhos, ele distancia ainda mais sua imagem da de integrante/pertencente à sociedade hegemônica e alinha-se aos excluídos.

Em outras palavras, ele se excluiu, reforçando a imagem de que essa hegemonia não sabe o que é bom para a nação, principalmente para aqueles que são trabalhadores, operários como ele. O ex-presidente constrói no imaginário de seus interlocutores (presentes na interação e virtuais) que aqueles que integrariam a sociedade hegemônica, por não terem vivido na pele a condição de excluídos, nunca entenderiam essa realidade; conseqüentemente, jamais seriam capazes de fazer o bem para o país. Por conseguinte, o ex-presidente faz entender que as acusações contra ele são

³² Compreendemos por sociedade hegemônica aquela que “detém o poder de ação e representação” e que se opõe ao seguinte conjunto: “pobreza, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública” (WANDERLEY, 2001, p. 20-3).



injustas e injustificáveis; todavia, acaba se traindo, deixando rastros de que é/pertence ou, em algum momento, já teve acesso à sociedade hegemônica ao empregar a palavra “decantador” e ao mencionar duas marcas de vinhos “Miolo gaúcho” e “Romanée Conti”.

Recorte 03:

Lula: Quando eu fui a primeira vez, eu disse ao Léo que... **o... prédio era inadequado porque... além de ser pequeno... um triplex de 215 metros é um triplex Minha Casa Minha Vida... era pequeno.**

Ao observarmos o recorte 03, percebemos aqui que o jogo se reconfigura: o ex-presidente, ao falar sobre o triplex³³, compara-o às casas e aos apartamentos entregues pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”³⁴. Ele afirma que o imóvel tem tamanho inapropriado, pequeno demais; ou seja, é latente a aproximação da sua imagem aos incluídos na sociedade hegemônica. Essa inclusão também se realiza com a finalidade de se proteger das acusações que lhe são imputadas, assim como ocorreu quando havia se incluído na parcela dos excluídos.

Considerações finais

Como vimos, o ex-presidente Lula, embora estivesse em uma situação de interação bastante rígida – como o depoimento, foi capaz de reverter esse momento “crítico para sua imagem” empregando a estratégia da in(ex)clusão como mecanismo de preservação da face.

Para isso, ele realiza um “jogo duplo de imagens” que constrói sua identidade, ora se aproximando dos excluídos, ora no polo oposto (dos incluídos) e, em ambos os casos, visando criar efeitos de sentido que operam na tentativa de proteger/amenizar as possíveis ameaças dessa situação de interação à sua face pública de “bom político”, “homem do/para o povo”, como também se posicionar como “vítima e injustiçado” e, conseqüentemente, conseguir ser absolvido pelo sistema judiciário ou pelo seu interlocutor virtual – o povo.

Finalmente, gostaríamos de assinalar a importância de se trabalhar numa perspectiva

³³ O Ministério Público o acusava de ter recebido propina da construtora OAS por meio da entrega do triplex no Guarujá.

³⁴ Programa lançado pelo ex-presidente Lula para solucionar o problema do *déficit* habitacional no Brasil.



multidisciplinar quando estamos diante de depoimentos de figuras públicas como os políticos, para compreendermos que os enunciados produzidos por eles em contextos forenses visam simultaneamente a sua audiência imediata e “*in ausentia*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, William. *Nas filigranas do discurso jurídico, a (des) construção dos sentidos na Lei Maria da Penha*. 2014. 133 p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

ANDRADE, Daniela N. P. “Não, a gente fica meia perdida, né?”: como se traduz a hostilidade dos encontros legais na fala-em-interação. In: COULTHARD, Malcolm; COLARES, Virgínia; SOUSA-SILVA, Rui (Orgs.). *Linguagem e Direito: os eixos temáticos*. Recife: ALIDI, 2015.

ANDRADE, Daniela N. P.; OSTERMANN, A. C. O interrogatório policial no Brasil: a fala institucional permeada por marcas de conversa espontânea. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v.5, n. 2, p.92-104, maio/ago. 2007.

AZZARITTI, Mônica. Reflexões sobre a análise de depoimentos em juízo. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, XVIII, 2014, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, v.XVIII, n.1 – Análise do Discurso, Linguística Textual e Pragmática. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2014. p. 12-24.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

CALDAS-COULTHARD, C. R. ReVel na Escola: o que é linguística forense? *ReVel*, v.12, n.23, 2014.

CARAPINHAS, Conceição. *A linguagem nos “bancos dos réus” – Alguns aspectos da linguística jurídica*. Ciclo de seminários do CELGA, Coimbra, 18 de março de 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CORACINI, Maria J. Aspectos metodológicos e análise do discurso: migrantes em situação de ruas, entre a hos(ti)pitalidade e a anulação de si. In: CHIARETTI, Paula; MONTE-SERRAT, Dionésia Motta; TFOUNI, Leda Verdiani. *A Análise do Discurso e suas interfaces*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. p. 167-75.

CORACINI, Maria J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade de línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.



- DREW, P.; HERITAGE, J. Talk at work: interaction in institutional settings. In: DREW, P.; HERITAGE, J. (Orgs). *Talk at work: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 3-65.
- FÁVERO, Leonor L. A entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000. p. 79-98.
- FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria L. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: PRETI, Dino. *Estudos de língua falada – variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998. p.121-36. (Projetos Paralelos, 3).
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 2. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso; CARVALHO, Kelly Alessandra. Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo (Projeto NURC/SP). *Intercâmbio*, São Paulo, v. 6, p. 830-48, 1997.
- GUERRA, Vânia; BARBOSA, Jefferson. Identidade e representação cultural do preso em “Estação Carandiru”. In: NOLASCO, Edgar C.; GUERRA, Vânia (Orgs.). *Discursos, alteridades e gêneros*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006. p. 13-34.
- HERNANDEZ-FLORES, N. Descortesia y otros tipos de actividades de imagen: significado comunicativo y social em um debate televisivo. *International Pragmatics Association*, v. 18, n. 4, p. 681- 706, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.
- MOITA-LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. In: MOITA-LOPES, L. P. (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- OSTERMANN, Ana Cristina; SOUZA, Joseane de. As demandas interacionais das ligações para o disque saúde e sua relação com o trabalho prescrito. *ALFA*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 135- 61, 2011.
- PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia; RODRIGUES, Maria das Graças. Apresentação. In: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia; RODRIGUES, Maria das Graças (Orgs.). *Linguagem e Direito: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 8-9.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.



ROMUALDO, Edson Carlos. O discurso relatado em depoimentos da justiça: formas e funções. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, Maringá, v. 25, n. 2, p. 233-40, 2003.

SIGNORINI, Inês. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em linguística aplicada. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda C. (Orgs.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercados de Letras, 1998. p. 99-110.

SILVA, Caroline R.; ANDRADE, Daniela N. P.; OSTERMANN, Ana Cristina. Análise da conversa: uma breve introdução. *ReVel*, v. 7, n. 13, p. 1-21, 2009.

SILVA, Luiz Antônio. Polidez na interação professor/aluno. In: PRETI, D. *Estudos de língua falada – variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998. p. 109-30. (Projetos Paralelos, 3).

SWALES, John M. Ocluded genres in the academy: the case of submission letter. In: VENTOLA, Eija; MAURANEN, Anna. (Ed.). *Academic Writing: Intercultural and textual issues*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 45-58.

URBANO, Hudnilson; FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria Lucia. C. V.; AQUINO, Zilda G. O. Perguntas e respostas na conversação. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado: as abordagens*. 2. ed. Campinas: Fapesp, 1996, p.75-98. (Vol. 3).

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e Poder*. HOFFGNAGEL, J.; FALCONE, K. (Orgs). 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

WANDERLEY, Mariangela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p.16-26.